



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 12/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Prova de vida será feita automaticamente pelo INSS a partir deste mês

O Ministério da Previdência Social anunciou, nesta quarta (11), que estuda os últimos detalhes para que o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) passe a fazer, a partir deste mês, a prova de vida automática, por meio de cruzamento de dados.

Por enquanto, afirma o governo federal, não haverá bloqueio de benefícios por falta de prova de vida.

Pela nova regra, aposentados e pensionistas não serão mais obrigados a sair de casa para comprovar que estão vivos e continuar recebendo o benefício.

O INSS afirma, porém, que quem preferir pode fazer a prova de vida como nos anos anteriores, na rede bancária ou pelo Meu INSS.

"O cidadão também pode acessar o Meu INSS ou ligar para o telefone 135 para verificar a data da última confirmação de vida feita. É importante destacar que o beneficiário não deve procurar uma agência do INSS para fazer a prova de vida", afirma o órgão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 12 de janeiro.

### Governo Lula pretende manter salário mínimo em R\$ 1.302 e desistir de aumento adicional

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve segurar o reajuste adicional do salário mínimo para evitar o custo extra de até R\$ 7,7 bilhões, que precisaria ser acomodado mediante cortes em outras áreas. Com isso, o piso deve ser mantido em R\$ 1.302.

Na transição, auxiliares do presidente indicaram a possibilidade de o mínimo ser reajustado novamente, para R\$ 1.320. Uma verba de R\$ 6,8 bilhões foi reservada no Orçamento para esse fim.

No fim de 2022, porém, houve um aumento significativo no número de beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), cujos pagamentos são atrelados ao salário mínimo.

Técnicos da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) emitiram um alerta de que, nesse novo contexto, o reajuste adicional teria impacto de mais R\$ 7,7 bilhões além do valor já reservado, como revelou a Folha.

O grupo favorável à manutenção do valor atual argumenta que o mínimo de R\$ 1.302, fixado ainda no governo Jair Bolsonaro (PL), já representa um aumento real em relação ao ano passado. Por isso, a promessa de valorização é considerada cumprida por essa ala.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 12 de janeiro.

### Empresas já estudam demitir bolsonaristas radicais por justa causa

O artigo 492 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) prevê a justa causa em situações de "incontinência de conduta ou mau procedimento", bem como "atos atentatórios à segurança nacional". Algumas demissões, porém, só podem ser efetivadas mediante inquérito administrativo.

"Nesses casos – atentar contra os três Poderes –, a gravidade é tão grande que invade a relação de emprego", explica José Carlos Wahle, sócio da área trabalhista do Veirano Advogados. "Não se trata de manifestação política e oposição democrática – mas de atos de vandalismo e invocação de golpe militar."

Juliana Bracks, sócia do Bracks Advogados, acrescenta que demissões por justa causa não precisam ser precedidas por condenação criminal transitada em julgado. "Se a empresa vendo os vídeos, as imagens, os posts no Instagram, no Facebook, entende que o funcionário está cometendo atos que ferem os princípios empresariais, sua conduta, seu código de ética, ela pode demitir por justa causa", afirma.

Já servidores públicos podem sofrer exoneração em caso de participação em atos golpistas ou terroristas. Em alguns casos, porém, é necessário abrir um processo administrativo disciplinar ou aguardar que a sentença seja transitada em julgado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 12 de janeiro.

## Inflação sob Bolsonaro é de quase 27%, maior desde Dilma 1

A inflação oficial do Brasil acumulou alta de 26,93% ao longo do mandato de Jair Bolsonaro (PL), de 2019 a 2022, apontam dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Trata-se do maior avanço dos preços desde o primeiro governo de Dilma Rousseff (PT). A inflação chegou a 27,03% no acumulado de 2011 a 2014, os quatro anos iniciais de Dilma na Presidência.

O IPCA é divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e as variações em cada governo foram levantadas pelo economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

Imaizumi ressalta que o IPCA só não teve uma alta mais intensa sob Bolsonaro devido aos cortes tributários adotados pelo ex-presidente às vésperas das eleições de 2022.

Medidas como o teto do ICMS (imposto estadual) e a desoneração de tributos federais reduziram preços de gasolina e energia elétrica no ano passado.

Segundo Imaizumi, o principal fator responsável pela inflação no governo Bolsonaro foi a pandemia de Covid-19.

Nesse sentido, o economista lembra que a crise sanitária interrompeu e desalinhou cadeias produtivas globais, gerando escassez de matérias-primas e pressões de custos sobre empresas.

O registro de problemas climáticos no Brasil e a Guerra da Ucrânia também deixaram alimentos mais caros nos últimos anos, acrescenta Imaizumi.

"A inflação atingiu itens básicos para a sobrevivência", afirma o economista, em referência à carestia da comida na era Bolsonaro.

A inflação dos alimentos castiga sobretudo as famílias pobres, que destinam, proporcionalmente, uma fatia maior do orçamento para a compra desses produtos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 12 de janeiro.

## Correção da tabela do Imposto de Renda isentaria mais 18 milhões de brasileiros, diz estudo

Um total de 18 milhões de brasileiros poderiam ficar isentos da cobrança do Imposto de Renda caso a tabela utilizada para calcular os descontos fosse integralmente corrigida pela inflação desde 1996, aponta um levantamento da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Segundo a entidade, a correção representaria uma renúncia fiscal de R\$ 184 bilhões. O estudo foi atualizado com base nos dados da inflação divulgados pelo IBGE (Instituto Nacional do Seguro Social) nesta terça (10).

"Quando falo na correção da tabela não posso falar da declaração que entrega em abril deste ano, porque essa já é do passado, referente a dados de 2022. Para falar de efeitos de correção da tabela, tenho que fazer uma projeção para o futuro, para rendas de 2023 que serão declaradas em 2024", afirma Mauro Silva, presidente da Unafisco.

Desde 2015, a tabela do IRPF está sem correção. Atualmente, quem ganha acima de R\$ 1.903,98 está sujeito à mordida do Leão. De acordo com os cálculos da Unafisco, se houvesse correção integral com base nas perdas inflacionárias, ficariam isentos todos os contribuintes com renda tributável de até R\$ 4.723,77. Uma defasagem de 148,10%.

Se a tabela fosse corrigida de acordo com o estudo da Unafisco Nacional, a tributação seria da seguinte forma:

Renda tributável	Dedução
De R\$ 4.723,78 até R\$ 7.012,94	R\$ 354,29
De R\$ 7.012,95 até R\$ 9.306,38	R\$ 880,26
De R\$ 9.306,39 até R\$ 11.573,10	R\$ 1.578,24
Acima de R\$ 11.573,10	R\$ 2.156,88

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 12 de janeiro.